

FERIANI, Daniela Moreno; CUNHA, Flávia Melo da; DULLEY, Iracema (orgs.). *Etnografia, etnografias: ensaios sobre a diversidade do fazer etnográfico antropológico.* São Paulo/Annablume/Fapesp, 2011, 219 pp.

Ramon Pereira dos Reis
Universidade de São Paulo

Trata-se de uma coletânea de ensaios que propõe contribuir para a discussão sobre as várias formas do fazer antropológico na contemporaneidade, privilegiando como ferramenta metodológica a etnografia. Sob a querela entre fazeres etnográficos clássicos e contemporâneos, esta obra percorre os caminhos dantes traçados pelos fundadores da antropologia e é acompanhada por traços de escrita de jovens antropólogos, que não pesam a mão na genealogia dos métodos e das técnicas de pesquisa, contudo traçam marcações distintas entre passado e presente. Os autores não têm a pretensão de (re)criar e/ou (re)conceitualizar o exercício etnográfico; fazem muito mais um esforço em articular diversas práticas etnográficas e, principalmente, desmistificar o imaginário romântico de isolamento e afastamento da sociedade dos antropólogos e dos “nativos”, que recai sobre a pesquisa de campo.

Quais linhas separam os limites e as fronteiras do fazer etnográfico? Como interseccionar unidades de análise específicas a uma técnica metodológica de pesquisa? O que determinados escopos metodológicos permitem elucidar? É a partir de tais questionamentos e da imbricação entre diferentes campos do conhecimento que este livro ganha importância e contribui, acima de tudo, para uma profícua reflexão sobre o fazer etnográfico, criticando, de maneira construtiva e respeitosa, a antropologia.

A coletânea sintetiza resultados de pesquisas (na maioria dissertações) de alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da

Universidade Estadual de Campinas. Divide-se em quatro seções temáticas, as quais expõem etnografias sobre ciberespaço, justiça, arte e documentos. De maneira geral, veremos que a inter-relação entre os ensaios se dá no momento em que os autores se valem de análises mais focadas nos limites e nas fronteiras do exercício antropológico, sem o intuito de reificá-lo ou estandardizá-lo.

Ciberespaço, cibercultura, ambiente hipermediado, etnografia do virtual são palavras-chave para as duas etnografias que abrem a primeira parte do livro, intitulada “Etnografias do ciberespaço”, principalmente pelo entendimento de uma concepção mais ampla de etnografia, mostrando como o ambiente virtual se tornou, na atualidade, uma espécie de abrigo para todo e qualquer tipo de grupo social. A relação que se estabelece com a rede (Internet) é, antes de qualquer coisa, dialógica; real e virtual se retroalimentam nesse contexto. O texto de Adriana Dias – “O universo simbólico neonazista na Internet: breve relato de uma experiência etnográfica” – retoma as incursões feitas pela autora, na época da graduação e do mestrado, a respeito do que ela chama de *neonazismo digital*, tendo como foco a análise de comunidades virtuais neonazistas na rede social Orkut, bem como de sites neonazistas.

Através do diálogo constante entre prática e discurso, Adriana tem como ponto central do trabalho a acurada preocupação na relação entre o discurso que é produzido pelos sites neonazistas a respeito de aspectos cosmológicos do grupo, por exemplo, e como se dá a prática ativista nesse espaço de divulgação, que é a Internet. A linguagem, nesse sentido, é um componente fundamental para representar o universo simbólico do grupo. Ela pondera que etnografias no virtual possuem um papel significativo na constituição de sujeitos e práticas discursivas, levando em conta todo um sistema de representações, que é acionado ao tratarmos, por exemplo, de um *ethos* grupal que se afirma/reafirma dentro e fora da rede.

O ensaio – “Não leve o virtual tão a sério?": uma breve reflexão sobre métodos e convenções na realização de uma etnografia do e no on-line” – de Carolina Parreiras recupera reflexões que foram propostas pela autora na ocasião de sua pesquisa de mestrado, na qual buscou perscrutar interações desenvolvidas do e no ciberespaço, tomando como ponto de partida os relacionamentos afetivo-sexuais estabelecidos entre homens que participam de uma comunidade no Orkut. Nesse ambiente hipermediado por pares, Carolina se viu em vários momentos isolada por ser, praticamente, a única mulher que pesquisava naquela comunidade e, por conseguinte, sua posição de pesquisadora foi colocada inúmeras vezes em suspeição. Esse olhar desconfiado dos sujeitos da pesquisa para Carolina deve-se ao fato de que aquele ambiente servia de mola propulsora para a publicização da identidade homossexual e todos compartilhavam, entre si, dos mesmos dilemas, sendo Carolina uma *outsider*.

A partir deste estudo, ela pôde perceber que a Internet também representa uma maneira de *sair do armário* para vários sujeitos de sua pesquisa, uma vez que homens homossexuais compunham o público majoritário da comunidade. Na tentativa de alargar ainda mais o escopo de análise, a autora levou em conta como se construía o discurso sobre a homossexualidade dentro e fora da rede (on-line e off-line), buscando compreender de que maneira as homossexualidades eram construídas e expressas no virtual, bem como quais eram as convenções e categorias classificatórias empregadas, procurando perceber se houve uma reiteração/reprodução ou subversão/rompimento com o off-line.

Os dois ensaios que compõem a segunda parte do livro – “Etnografias da justiça” – trazem à baila estudos etnográficos que dialogam com questões jurídicas e procuram mostrar, de maneira instigante, a inter-relação entre moral, discurso e prática antropológica, analisando o espaço jurídico não só como um campo onde predominam atitudes positivistas, mas também como um local marcado por subjetividades, convenções e

contingências. É o que mostra Daniela Feriani em seu ensaio – “Escolhas metodológicas e etnografia em um campo de interlocução entre Antropologia e Direito” –, ao refletir sobre as escolhas metodológicas e as particularidades etnográficas que enfrentou durante sua pesquisa de mestrado. Ela fez incursões em um Fórum, em Campinas, e deu destaque às estratégias jurídicas – discursos e práticas de advogados, promotores e juízes – no julgamento de crimes de homicídio e tentativa de homicídio entre pais e filhos, no período de 1992 a 2002.

Daniela percebeu que há todo um “teatro jurídico” em torno da figura da vítima e do acusado; mais especificamente, a lógica do direito penal ratifica *performances* corporais a partir de um viés essencializante. As estratégias jurídicas mencionadas se referem aos aspectos de “moral familiar” e “saúde mental”: na maioria dos casos, os crimes em família possuem alto índice de absolvição e desclassificação de delito. Para o sistema jurídico, o imaginário de família nuclear padrão deve ser reiterado sob o lema de “preservar a harmonia familiar”. No espaço do júri, a moral é ratificada, principalmente, por convenções sociais, como nos casos de violência entre casais, em que a mulher é tida como descontrolada por tentar se defender das agressões do marido e este é visto agindo em legítima defesa da honra masculina.

Concernente à problematização do multipertencimento e multiengajamento do pesquisador, o ensaio de Flávia Cunha – “Da investigação policial à investigação antropológica” – presenteia esta seção focando no duplo pertencimento em campo. Trata-se do seu posicionamento enquanto policial e antropóloga, e dos dilemas pelos quais se deparou em uma delegacia quando, em um primeiro momento, trabalhou como policial e, em um segundo momento, trabalhou como pesquisadora. Ao sintetizar argumentos discutidos em sua dissertação, ela coteja a prática etnográfica pensando nas implicações metodológicas do encontro de duas atividades profissionais distintas, referentes à proximidade com

o grupo pesquisado e aos limites da construção de alteridades no trabalho de campo.

A partir do interesse no estudo de casos de lesão corporal – violências praticadas contra a mulher –, Flávia esquadrinhou uma linha de aproximação tênue entre campo pessoal e campo de pesquisa. Inventariando práticas policiais e antropológicas para identificar aproximações e distanciamentos, a autora deteve sua análise no encontro das relações construídas entre usuárias da delegacia e policiais, e entre sujeitos pesquisados e pesquisadores na busca pela compreensão da construção de “verdades”, ao dar ênfase no registro das ocorrências até a execução dos procedimentos de apuração criminal.

A terceira parte do livro trata das “Etnografias da arte” e traz uma arguta compreensão sobre um campo de estudo ainda pouco desenvolvido no cenário antropológico brasileiro. São contribuições que retomam o compromisso com as questões do urbano, a partir de uma análise sofisticada de suas técnicas e instrumentais analíticos. Quem abre esta seção é Cauê Kruger com a pesquisa intitulada “Um picadeiro na Praça Roosevelt – Os Parlapatões, Patifes e Paspalhões”, a qual desenvolveu na cidade de São Paulo, acompanhando o trabalho do referido grupo (Parlapatões, Patifes e Paspalhões – PPP) entre os anos de 2006 e 2007, o que resultou em sua dissertação.

Cauê buscou embasamento teórico na antropologia da *performance* com o intuito de enfatizar a dimensão simbólica das encenações e trazer à tona não somente o fenômeno cênico, mas também os discursos dos produtores, consumidores, concorrentes e a história de sua institucionalização. De forma perspicaz, a partir da problematização de posicionamentos dicotômicos no que concerne ao imaginário do velho e do novo circo, ele mostra que a grande diferença está no aspecto crítico, político e cênico: enquanto o novo circo se preocupa em investimentos nos aspectos cênicos, coreográficos e dramáticos, o PPP se interessa em de-

semprenhar um “teatro crítico” do *status quo*, distinto do aspecto comercial ao veicular o circo como ícone associado a uma expressão popular.

Não menos crítico e detalhista, o estudo de Paulo Muller – “Etnografia, mediação e relações interculturais: entre o geral e o particular na produção de músicas do mundo” – toma como foco analítico uma experiência etnográfica que realizou em São Paulo junto a uma rede de músicos dedicados à expressão da “diferença” cultural através da inserção de músicas de diferentes países e regiões do mundo no circuito e no mercado musical paulistanos.

Assim como nos demais ensaios, há aqui uma reflexão pormenorizada sobre o particular e o geral na prática antropológica – especificamente sobre noções difusas de “música brasileira” e “música internacional” – refletida na análise da mediação entre cenários etnográficos e contextos sócio-históricos. Não se trata de uma investigação que pesa a mão sobre posições em conflito, quando muito vistas através de maniqueísmos, mas sim em como se dá a articulação do Estado-nação na veiculação de valores associados a sua constituição enquanto estrutura de referência para o imaginário sobre o particular e o geral/universal.

Os três últimos ensaios que compõem a quarta e última parte deste livro, intitulada “Etnografias do colonial”, procuram apreender a prática etnográfica a partir da análise de documentos. Para a antropologia, que tem na pesquisa de campo sua principal ferramenta, a querela central dos ensaios é trazer à baila a seguinte questão: como se faz pesquisa de campo com documentos? É o que pretende colocar Iracema Dullely em “A missão de um ponto de vista relacional: um ensaio para a apreensão da prática a partir dos documentos”, ao pontuar o processo de comunicação e o engendramento de uma convenção de significação compartilhada no cotidiano das missões católicas da congregação do Espírito Santo, no Planalto Central de Angola.

Diante de um material empírico diverso – cartas, relatórios, dicionários de gramática umbundu, coletânea de fábulas etc. –, ela identificou disputas por espaço entre “indígenas” e missionários, os primeiros na busca pela garantia do espaço e os segundos na tentativa da dominação do “nativo”. Iracema mostrou como os documentos de que disputa não a permitiram “comprar” a visão dos missionários nem a de um suposto “nativo” localizado do outro lado das fontes, compreendendo que a relação entre agentes distintos não precisa ser reduzida a categorias binárias.

Em “Visões do campo sobre o arquivo (e vice-versa)”, Marcelo Mello reflete sobre o uso de fontes arquivísticas na pesquisa antropológica e sua relação com a produção etnográfica, bem como a implicação das experiências de campo sobre a descrição, o manejo e a leitura de fontes da comunidade negra rural de Cambará, localizada entre os municípios de Cachoeira do Sul e Caçapava do Sul, região central do estado do Rio Grande do Sul. Marcelo vê, nos registros escritos, a abertura para novas potencialidades de investigação da memória histórica da comunidade.

O lugar da memória se faz presente, nestes três últimos ensaios, como forma de recuperar histórias do passado e propor, mesmo que breve, uma reflexão entre antropologia e história a partir da análise de documentos. Nesse sentido, as mediações com os arquivos podem oferecer ferramentas para autorizar os discursos e as versões do passado, além de fornecer subsídios que permitam estabelecer continuidades com o campo de disputas que se configura no presente. Deste modo, o passado, que foi compartilhado pelos sujeitos da pesquisa de Marcelo, oferece a possibilidade de pensar distintos tempos e registros da história.

Por fim, o ensaio de Olívia Janequine – “Como qualquer etnografia: fundamentos para uma etnografia dos documentos escritos” – apresenta uma síntese dos argumentos da crítica metodológica e epistemológica à antropologia, centrados em mecanismos para fundamentar referências

de pesquisa à análise etnográfica de documentos escritos. Problematisa a suposta naturalização da dimensão experiencial da pesquisa de campo.

Como forma de desmistificar a visão clássica e canônica da disciplina em questão, a autora esclarece possíveis confusões acerca do método e da técnica. Para Olívia, a vulgata que se criou em termos da pesquisa de campo não se constitui como o todo genuíno antropológico e há que se ter cuidado para não reificar os argumentos que favorecem a centralidade desta prática. O que está em jogo é o próprio fazer e é preciso maior reflexão sobre coleta, análise e interpretação de dados para que, assim, haja equilíbrio entre empiria e pesquisa de campo formal.

Ao longo deste percurso em torno de nove ensaios etnográficos em áreas distintas da antropologia – Internet, justiça, arte e documentos –, foi válido perceber o brilhante esforço dos autores na centralidade da discussão, contemporânea e clássica, sobre o fazer etnográfico. O incessante cuidado em colocar em destaque a etnografia e todo o cabedal de possibilidades presentes nos ensaios faz do livro um importante disseminador a favor da prática da pesquisa de campo, que foi e continua sendo consagrada na antropologia e pode ser aplicada em diferentes contextos e situações.

O posicionamento dos autores, por meio da exposição de querelas, vulgatas e inserções do pesquisador em campo, descortina percursos que devem ser olhados para além de uma circunscrição ao espaço da pesquisa. Foi profícuo perceber como a Internet também pode garantir uma dimensão dialógica e intersubjetiva da etnografia; como o jurídico não se restringe a um conjunto de normas e leis, mas tem uma maneira específica de imaginar a realidade; como a arte recobre universos variados, que propõem muito mais que um repasse de informações, bem como possui o poder de estimular o posicionamento crítico; e como os documentos e seus silêncios sinalizam para uma realidade que não é estanque nem antiga, mas que se reafirma e se reconfigura com vista em fundamentos contingenciais e temporais.